

CORREIO DA MANHÃ

Jornal carioca diário e matutino fundado em 15 de junho de 1901 por Edmundo Bittencourt e extinto em 8 de julho de 1974. Foi durante grande parte de sua existência um dos principais órgãos da imprensa brasileira, tendo-se sempre destacado como um “jornal de opinião”.

A PRIMEIRA REPÚBLICA

A fundação do *Correio da Manhã* pode ser relacionada à Revolução Federalista, deflagrada no Rio Grande do Sul nos primeiros anos da República (1893-1894), e aos eventos que a ela se sucederam no cenário político da nação. Sabe-se que Edmundo Bittencourt estava de alguma forma vinculado aos federalistas. Ainda no Segundo Reinado, iniciara sua carreira jornalística em Porto Alegre colaborando em *A Reforma*, jornal pertencente ao conselheiro Gaspar Silveira Martins. Essa formação gasparista e, portanto, oposicionista parece explicar a linha “participante e combativa” que Bittencourt imprimiria a seu próprio jornal.

De fato, declarando-se isento de qualquer tipo de compromisso partidário, o *Correio da Manhã* apresentou-se como o defensor “da causa da justiça, da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades”. Em outro nível, o jornal causou grande impacto por sua independência da situação, vindo “romper com os louvores a Campos Sales”, então presidente da República (1898-1902). Finalmente, outra característica do *Correio da Manhã* no momento de sua fundação foi sua aproximação com as camadas menos favorecidas da sociedade.

A primeira campanha levada a efeito pelo jornal — contra o aumento no preço das passagens dos bondes da Companhia São Cristóvão — traduzia esse interesse pelo direito das massas. Desde o primeiro número, o *Correio* fez também campanha contra os jogos de azar e denunciou os funcionários públicos que extorquiam dinheiro de comerciantes. Evaristo de Moraes, um de seus colaboradores, chamava a atenção para os movimentos operários em todo o mundo e para a ação coercitiva das leis brasileiras diante das reivindicações partidas das camadas mais pobres. Além disso, o jornal dava destaque em suas páginas a passeatas e movimentos coletivos.

O oposicionismo do *Correio da Manhã* foi visto pelo próprio jornal, em edições comemorativas posteriores, como o “combate ao controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas”.

Na verdade, o jornal era uma espécie de frente organizada para opor-se à situação. Admitindo colaboradores das mais diversas tendências, como o conde Afonso Celso, monarquista, e Medeiros e Albuquerque, simpatizante do florianismo, Edmundo Bittencourt empenhava-se no entanto em recusar caráter neutro a seu jornal. Sua personalidade funcionava como uma espécie de denominador comum entre as diferentes opções políticas de seus colaboradores, constituindo a verdadeira força motriz que impulsionava o *Correio da Manhã* em sua primeira fase. Essa relação entre proprietário e jornal e entre proprietário e corpo de redatores é descrita em *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909), onde Lima Barreto, segundo chave fornecida por seu biógrafo Francisco de Assis Barbosa, faz detida análise do *Correio da Manhã* nos primeiros anos de sua existência. Numa referência a Edmundo Bittencourt, diz o texto: “Nenhum dos seus redatores tinha uma personalidade suficientemente forte para resistir ao ascendente da sua. Medíocres de caráter e inteligência, embora alguns fossem mais ilustrados que ele, a ação deles no jornal recebia... o sinete de sua paixão dominante, a sua característica; e esta era, a despeito de sua fraca capacidade intelectual, a resistência que o seu cérebro oferecia ao trabalho mental contínuo.”

Mantendo-se portanto sempre avesso tanto à neutralidade quanto ao compromisso partidário, durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906) o *Correio da Manhã* aplaudiu a nomeação de Pereira Passos para a prefeitura do Distrito Federal, por considerá-lo homem “sem ligações partidárias e que se tem distinguido principalmente como administrador”. No entanto, não tardaram as críticas à maneira violenta pela qual era aplicada a obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, o que deu margem a uma revolta orientada ideologicamente pela oposição. Esse movimento, deflagrado em novembro de 1904, encontrou respaldo no jornal, que agia em dois níveis: de um lado, assumindo o papel de aglutinador da frente formada contra a vacina obrigatória sob a liderança de Mauro Sodré, Alexandre Barbosa Lima e Barata Ribeiro, e, de outro, contestando a própria validade científica da vacina, a qual, segundo o Apostolado Positivista do Brasil, não

passava de um “envenenamento inconsciente da espécie humana através do pus da vaca”.

Essa atitude do *Correio da Manhã* diante da vacinação obrigatória refletia a posição do jornal frente a um fenômeno mais amplo, o do desenvolvimento urbano-industrial do Rio de Janeiro verificado sob o governo Rodrigues Alves. Assim como as medidas de saneamento, a remodelação da cidade iniciada em 1903 tendeu a atingir sobretudo os setores mais desfavorecidos da sociedade. Um artigo assinado por Gil Vidal (pseudônimo de Leão Veloso Filho), primeiro redator-chefe do jornal, chamava a atenção para o fato de que, embora a vacinação fosse obrigatória para todos, “o todo é composto por partes diferentes... Criado ou empregado de residência particular, empregado de negociante, operário de fábrica, operário de oficina, são os casos em que a admissão no emprego está condicionada à apresentação do atestado de vacina... Para os poderosos e para os amigos do governo não haverá, entretanto, vacinação obrigatória”.

Na verdade, o jornal, apoiando os setores menos favorecidos, não fazia mais que arregimentar elementos para constituir aquilo que se poderia denominar uma clientela urbana. Essa clientela iria dar conta da tradição legalista do *Correio da Manhã* daí em diante: a orientação oposicionista, baseada no respeito incondicional à letra da lei, atacando qualquer forma de intervencionismo do Estado e pugnando pelo primado dos preceitos liberais, tendia a cristalizar-se.

Em seguida à revolta popular contra a vacina obrigatória, o *Correio da Manhã* tomou a defesa de Lauro Sodré, que fora detido num navio de guerra. Pouco depois, ao se comemorar o 15º aniversário da República, o jornal lamentou que essa forma de governo não tivesse, ao menos no Brasil, o conteúdo liberal esperado, pois se havia convertido em “regime de insuportável opressão e tirania”.

Em 1906, sentindo-se ofendido por matéria assinada por Edmundo Bittencourt, Pinheiro Machado desafiou para um duelo o proprietário do *Correio da Manhã*, que saiu ferido do embate. O episódio foi significativo, na medida em que definiu com rigor a linha política oposicionista do jornal, sobretudo se se levar em consideração a posição governista do senador durante a Revolução Federalista. Mais tarde, o jornal colocou-se contra a obrigatoriedade do serviço militar, instituída por Hermes da Fonseca, ministro da Guerra do governo Afonso Pena (1906-1909).

Foi, no entanto, por ocasião do início do debate sucessório do governo de Afonso Pena

(1908) e dos fatos subsequentes, que se definiu de forma inequívoca a atuação política do *Correio da Manhã* durante a Primeira República. Ao ser desarticulada a candidatura de Davi Campista, o jornal aproximou-se de Hermes da Fonseca, declarando: “O marechal Hermes conquistou definitivamente o coração do povo.” Em 12 de maio de 1909, data do aniversário do marechal, o jornal fez ampla cobertura da homenagem que lhe foi prestada e que se transformou em manifestação eleitoral. Por outro lado, no momento em que Hermes da Fonseca se declarou candidato, renunciando à pasta da Guerra, Rui Barbosa, que ainda não havia lançado sua candidatura, manifestou-se contrário à eleição do ex-ministro. O *Correio da Manhã* alegou então não haver “quem ignore no país o velho desejo que tem o sr. Rui de ser presidente da República”. A ligação do *Correio da Manhã* com Hermes da Fonseca era o reflexo da aproximação de determinados setores civis com o Exército. O rompimento de Hermes com a situação pareceu ter favorecido o apoio que o jornal lhe conferiu inicialmente. O marechal era o candidato defendido por “cidadãos fora dos círculos partidários”, não estando portanto comprometido com interesses oligárquicos.

No entanto, após a convenção de maio, que confirmou a indicação de Hermes, a posição do *Correio da Manhã* sofreu uma alteração radical, passando a encampar a candidatura Rui Barbosa. Em julho de 1909, artigo assinado por Gil Vidal dizia que “a candidatura Hermes, na sua primeira fase... não [fora] absolutamente do agrado dos chefes políticos que a adotaram na convenção de 22 de maio”. Assim, Hermes já não seria um “grande remédio aos grandes males”, ou seja, não apareceria mais como elemento de contrapeso à existência das oligarquias. Uma vez que o marechal perdera o “apoio popular”, não mais se justificava apoiar ativamente sua candidatura.

Nessa fase, o *Correio da Manhã*, que dera boa acolhida ao governo de Nilo Peçanha — o qual, em 14 de junho de 1909, substituiu Afonso Pena, então falecido —, passou a atacá-lo com desabrida violência, possivelmente em consequência das atitudes por este tomadas contra o antigo ministério, o que parecia indicar uma orientação pró-hermista. Entretanto, no momento em que Rui Barbosa confirmou sua candidatura, em agosto de 1909, o jornal ingressou a seu lado na Campanha Civilista. A partir de então, Hermes da Fonseca passou a ser considerado “o candidato dos analfabetos”. De toda forma, realizadas as eleições em março de 1910, foi ele o candidato vitorioso.

Com a posse de Hermes da Fonseca em 15 de novembro de 1910, o *Correio da Manhã*

passou a chefiar a oposição. Além de criticar o presidente por não ter cumprido sua promessa de anistiar os implicados na revolta dos marinheiros liderada por João Cândido, o jornal criticou também a incapacidade de Hermes da Fonseca diante da hegemonia de Pinheiro Machado no Senado. Isso se tornou ainda mais claro quando Pinheiro Machado passou a disputar com Nilo Peçanha o governo do estado do Rio, e o jornal deu seu apoio ao segundo.

Por ocasião da Primeira Guerra Mundial, Edmundo Bittencourt dirigiu o *Correio da Manhã* para uma posição simpática à Alemanha, o que contrastaria com a anglofilia que iria predominar a partir de 1929. Em 1919, o jornal apoiou mais uma vez Rui Barbosa para a presidência, combatendo a candidatura de Epitácio Pessoa. Diante da vitória deste último, o *Correio* capitaneou a oposição a seu governo (1919-1922).

Durante a campanha da Reação Republicana, que, no momento da sucessão de Epitácio Pessoa, promoveu a candidatura de Nilo Peçanha em oposição a Artur Bernardes, o *Correio da Manhã* colocou-se ao lado do primeiro, declarando-se decididamente antibernardista. O *Correio* foi também o órgão que em outubro de 1921 publicou a série de cartas — conhecidas como “cartas falsas” — supostamente dirigidas por Artur Bernardes ao senador Raul Soares, nas quais era questionada a integridade moral das forças armadas.

A primeira carta publicada pelo *Correio da Manhã* referia-se a Hermes da Fonseca como um “sargento sem compostura”, e terminava conclamando Raul Soares a subornar os militares para conseguir adesões: “A situação não admite contemporizações. Os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.” As cartas chegaram ao *Correio da Manhã* através do senador antibernardista Irineu Machado, que pôs o redator político Mário Rodrigues em contato com o detentor dos documentos, Oldemar Lacerda. Ao longo das diligências que se estabeleceram no sentido de comprovar ou refutar a autenticidade das cartas, o *Correio da Manhã* insistiu com veemência em sua veracidade. Por fim, Oldemar Lacerda confessou tê-las falsificado.

Por ocasião do levante dos 18 do Forte, ocorrido em 5 de julho de 1922, Edmundo Bittencourt foi preso devido à sua posição antibernardista durante a campanha sucessória. Àquela altura, Artur Bernardes já havia sido eleito presidente, embora não tivesse ainda tomado posse, o que só ocorreria em novembro. Na ausência de Edmundo Bittencourt, o jornal foi dirigido por Mário Rodrigues, que acusou o presidente Epitácio Pessoa de

favorecer os exportadores de açúcar, levantando medidas restritivas que haviam sido impostas anteriormente pelo próprio governo. Epitácio Pessoa teria sido subornado com um colar dado a sua mulher. Por suas acusações, Mário Rodrigues foi condenado a um ano de prisão. Com o falecimento de Leão Veloso Filho em 1923, o senador alagoano Pedro da Costa Rego tornou-se redator chefe do *Correio da Manhã*.

O *Correio da Manhã* foi um dos poucos jornais a demonstrar simpatia pelos rebeldes das revoluções de 1922 e 1924. Em agosto de 1924, o jornal teve sua circulação suspensa a pretexto de estar imprimindo em suas oficinas o folheto clandestino denominado *Cinco de Julho*, que supostamente divulgaria as propostas tenentistas. O *Correio da Manhã* só voltou a circular em maio de 1925. Sob o governo de Washington Luís (1926-1930), no momento da aprovação da Lei de Imprensa pelo Senado (1927), o jornal, ainda o grande órgão da oposição, publicou em manchete o artigo “Lei infame, lei celerada”.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em março de 1929, quando se iniciava a campanha para a sucessão de Washington Luís, Edmundo Bittencourt transmitiu a direção do *Correio da Manhã* a seu filho Paulo Bittencourt. Apoiando a articulação entre os estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que resultou na formação da Aliança Liberal, o jornal defendeu o candidato aliancista Getúlio Vargas contra o candidato oficial Júlio Prestes.

No mês de maio de 1930, o *Correio* protestou com veemência contra o manifesto divulgado por Luís Carlos Prestes opondo-se à Aliança Liberal. Ao mesmo tempo, no mês de junho, estando já confirmada a vitória de Júlio Prestes nas urnas, o jornal manifestou grande decepção diante do pronunciamento de Getúlio acatando os resultados eleitorais. Essa posição, equidistante dos extremos, em última análise aproximava a linha política do jornal das perspectivas tenentistas.

Em 24 de outubro de 1930, finalmente, o *Correio da Manhã* iniciou a cobertura dos fatos relacionados com os primeiros movimentos da revolução. Sob uma manchete que anunciava em letras vermelhas “Triunfou a revolução”, o jornal descrevia a mobilização popular verificada no Rio de Janeiro, acrescentando ainda não haver podido informar a população das notícias dos últimos cinco dias em virtude de proibição governamental. O editorial dessa edição enfatizava o clima de censura imposto à “imprensa independente”

durante o governo de Washington Luís, governo que o jornal qualificava de “criminoso” e “detestável”. O mais importante, no entanto, era a análise do momento político: “É na estrutura econômica e social da Primeira República que se encontra a explicação dos acontecimentos que em poucos meses deram origem ao movimento revolucionário de 1930. A política partidária, a direção dada às atividades econômicas prepararam o país, lenta e seguramente, para a revolução.”

Para o *Correio da Manhã*, a Revolução de 1930 teria duas causas básicas: de um lado, a política partidária impondo a hegemonia dos estados mais fortes e, de outro, a posição tomada anteriormente por Washington Luís em relação à valorização do café. Pode-se notar aqui a conjugação do programa tenentista, encampado pelo jornal, e do descontentamento do Partido Democrático de São Paulo, engrossado por dissidentes do Partido Republicano Paulista. Esse conjunto de fatores seria, no entanto, para a maneira de ver do jornal, consequência das transformações verificadas ao nível das ideias em todo o mundo após a Primeira Guerra Mundial. As novas ideias privilegiariam uma mudança no que se referia à “estrutura da velha sociedade capitalista e à crença na democracia liberal”, e afetariam “todas as classes mais ou menos cultas do país”. E os adeptos da revolução, em virtude de tais alterações, clamavam por “representação e justiça”.

Ao eclodir a revolução, o *Correio da Manhã* defendia basicamente a realização de eleições sem pressões aparentes dos governos, o reconhecimento de deputados e senadores sem interferência do presidente da República, o respeito à autonomia dos estados e, sobretudo, a escolha do chefe do Executivo sem imposição do presidente em exercício.

O GOVERNO PROVISÓRIO E A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

Durante o governo provisório, o *Correio da Manhã* manteve-se numa posição ambígua, apoiando parcialmente Getúlio Vargas. Com o desencadeamento, em 1931, da crise entre João Alberto Lins de Barros, interventor em São Paulo, e as lideranças políticas paulistas, o jornal manifestou-se a favor das últimas. Em janeiro de 1932, uma série de editoriais tornava clara a adesão do jornal ao movimento paulista pela constitucionalização. Ainda assim, mesmo se colocando em manifesta oposição aos interesses do governo provisório, quatro dias após o início do movimento revolucionário em São Paulo o jornal ressaltava não ter ligação com qualquer partido político, vinculando-se o tempo todo às

propostas defendidas no momento de sua fundação.

Em setembro de 1933, em dois artigos publicados sob o título “Ratos, ratinhos e ratices”, o *Correio da Manhã* reviveu uma antiga acusação à família Melo Franco, de que esta se teria beneficiado da desapropriação de uma estrada de ferro em 1919, quando Afrânio de Melo Franco era ministro da Viação. Tais artigos tinham por fim solidarizar o jornal com a campanha desencadeada contra o filho de Afrânio, Virgílio de Melo Franco, forte candidato à sucessão de Olegário Maciel em Minas Gerais, e acabaram por motivar a demissão de Afrânio da pasta das Relações Exteriores. Afrânio, tão irritado quanto seu filho, presumiu que os artigos em questão houvessem sido publicados pelo jornal com a anuência do governo. Embora Getúlio Vargas afiançasse seu desconhecimento da matéria, Afrânio não voltou atrás em seu pedido de demissão.

No momento em que se aceleravam os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1934, o *Correio da Manhã*, dirigido então por M. Paulo Filho, teve a preocupação de fazer uma cobertura minuciosa dos trabalhos parlamentares, registrando tanto os assuntos em pauta como a atmosfera reinante na Assembleia. A partir de janeiro de 1934, embora reservasse a primeira página para assuntos de política internacional, o jornal passou a manter diariamente duas colunas destinadas à cobertura da Assembleia. Uma delas, intitulada “O que houve ontem na Assembleia Constituinte”, acompanhava as sessões passo a passo, transcrevendo praticamente na íntegra os principais discursos. A outra, intitulada “A situação política”, compunha-se de notas envolvendo as articulações políticas feitas nos “corredores” da Assembleia, bem como a situação político-partidária dos estados. Esta última coluna pode ser considerada de grande importância por cobrir acontecimentos ocorridos fora do plenário, e portanto não registrados nos anais, e também por trazer notícias políticas dos diversos estados da Federação, fornecidas pelos correspondentes do jornal e por agências de notícias, como a Havas.

O jornal possuía também nessa época colunas assinadas, entre as quais a mais significativa era a de Costa Rego, seu redator-chefe, que defendia o federalismo, denunciava a situação das contas do governo revolucionário e criticava o Decreto do Reajustamento Econômico. Promulgado para auxiliar os fazendeiros de café, cujas dívidas haviam aumentado em virtude da política cambial do governo, o decreto reduzia à metade as dívidas existentes em 1º de dezembro de 1933, desde que contraídas antes de junho daquele ano. Costa Rego

dividia sua coluna em duas partes, denominando a segunda “Juízo dos feitos da Fazenda revolucionária”. Ali eram denunciados gastos indevidos feitos em diversos pontos do país, numa crítica evidente à atuação de Osvaldo Aranha à frente do Ministério da Fazenda. A censura passou a vigiar Costa Rego, que, em tom irônico, insinuava satisfação pelo fato de ter o censor como leitor assíduo, e pedia a Getúlio que mantivesse essa situação.

Os editoriais do jornal, muitas vezes censurados, investiam igualmente contra o Decreto do Reajustamento Econômico, e desfechavam sucessivas críticas à imigração de elementos indesejáveis. Além de se opor à entrada de sírios e japoneses no país, o *Correio* atacava o governo pela ausência de planejamento no tocante à imigração. A nova reforma tarifária, discutida por técnicos do Ministério da Fazenda e por empresários, recebia também os ataques do jornal, que a acusava de favorecer o empresariado.

Em relação ao movimento integralista, cuja atuação se fazia sentir na época, o *Correio da Manhã* limitou-se, como outros jornais, a noticiar seus distúrbios e a satirizar seus rompantes. Na verdade, o jornal ignorou sua existência. Entre janeiro e abril de 1935, período em que foi discutido o anteprojeto da Lei de Segurança Nacional (projeto Bayma), o *Correio* chegou a suspender sua circulação por 24 horas em sinal de protesto contra o que chamou de “Lei de Opressão”.

A oposição a Getúlio Vargas prosseguia. Por ocasião do aumento dos vencimentos do funcionalismo com base em dispositivos constitucionais, o jornal argumentou que “os escrúpulos de ordem constitucional repetem-se, vê-se, a cada passo, no espírito do homem que já destruiu uma constituição e foi o candidato de si mesmo à sucessão de si próprio”.

O ponto máximo das campanhas do jornal, no entanto, foi o lançamento, em 1937, da candidatura do ministro José Américo de Almeida à presidência da República através de um editorial censurado num dia e liberado no dia seguinte. A partir daí, o *Correio da Manhã* sustentou a campanha, elogiando e destacando a figura de José Américo e publicando quase que diariamente cartas recebidas em apoio ao candidato.

O ESTADO NOVO

No dia 5 de novembro de 1937, o *Correio da Manhã*, sempre dirigido por Paulo Bittencourt, e com Costa Rego na chefia da redação, já denunciava o golpe que ocorreria dias depois. Logo em seguida ao 10 de novembro, iniciou-se um regime de censura

rigorosa, com um censor instalado no jornal lendo todas as matérias. Nesse período, desenvolveu-se o chamado “estilo da censura”, que resultou em artigos com uma mensagem política tão sutil que muitas vezes seu conteúdo não era apreendido nem pelo censor, nem pela imensa maioria dos leitores. Entre os articulistas que se esmeraram nessa técnica destacou-se o jornalista Rodolfo Mota Lima.

O controle do governo sobre o jornal fez com que este ridicularizasse o fracasso do levante integralista de maio de 1938, em que o líder Plínio Salgado pedia que “os fascistas do mundo inteiro se unissem contra a influência dos judeus”.

A posição do *Correio da Manhã* diante da Segunda Guerra Mundial oscilou de um extremo a outro. Inicialmente, em relação aos acordos de Washington, assinados em março de 1939, o jornal declarou que o intercâmbio comercial do Brasil com determinados países europeus (como a Alemanha) não deveria ser abandonado em nome de promessas vagas. Nessa fase, o jornal declarava também que “o primeiro dever de uma nação distante é a neutralidade”. Após 1940, porém, o *Correio da Manhã* mudou de posição, alegando que “nosso país não podia continuar alheio aos anseios democráticos da época”. O jornal acompanhava as decisões do governo em relação à política externa, pontuando sua opinião de acordo com as oscilações que o próprio governo exibia diante da questão. Não é possível, no entanto, assegurar com certeza se a posição do *Correio da Manhã* era coincidente com a de Getúlio Vargas, refletindo as oscilações deste em relação ao Eixo. É mais provável que, durante a ditadura, o controle da censura sobre a matéria publicada fizesse com que esta refletisse em todos os momentos os interesses do governo.

Já definido a favor dos Aliados, o *Correio da Manhã* enfrentou a questão envolvendo o navio *Siqueira Campos*, aprisionado em 1940 pelos ingleses devido ao bloqueio continental quando transportava carga de material bélico da Alemanha para o Brasil. Nesse momento, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, iniciou através da imprensa uma violenta campanha contra a Inglaterra e os interesses ingleses. A campanha chegou a tal ponto que o ministro Osvaldo Aranha pediu a Lourival Fontes, diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que recomendasse aos jornais a diminuição da ênfase com que vinham tratando do assunto. Foi nesse contexto que o *Correio da Manhã* publicou, a 19 de janeiro de 1941, matéria paga da Comissão das Indústrias Britânicas, reproduzindo um comentário favorável à Inglaterra feito por Osvaldo Aranha

em novembro de 1940. Góis Monteiro, agindo de comum acordo com o ministro da Guerra, Eurico Dutra, decidiu fechar por tempo indefinido o jornal. No entanto, Getúlio, ao tomar conhecimento da questão, recomendou que nada se fizesse contra o *Correio da Manhã*.

DE 1945 A 1964

Em 1945, no momento em que Getúlio Vargas começava a perder o controle da situação, o *Correio da Manhã* publicou, no dia 22 de fevereiro, uma importante entrevista concedida por José Américo de Almeida ao jornalista Carlos Lacerda. Nessa entrevista, de extrema ousadia para o momento, José Américo criticava abertamente o Estado Novo e reivindicava a convocação de eleições, abrindo assim o caminho para outras manifestações da oposição na imprensa, já que pela primeira vez o DIP não esboçou qualquer reação. A entrevista com José Américo passou a ser posteriormente uma espécie de referencial das posições liberais do jornal, sendo citada com destaque nas edições comemorativas subsequentes.

Uma vez marcadas as eleições para dezembro de 1945, o *Correio da Manhã* optou pelo apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela União Democrática Nacional (UDN). Segundo Lourdes Sola, Paulo Bittencourt teria figurado entre os primeiros integrantes desse partido, embora logo em seguida tivesse entrado em desacordo com seus correligionários, achando que estariam traindo o programa inicial. Sabe-se também que o diretor do *Correio* havia sido amigo de infância de Eduardo Gomes, e que manteve com ele um estreito relacionamento ao longo de toda a vida.

Embora houvesse feito oposição à candidatura do general Eurico Dutra, sob o governo deste o *Correio da Manhã* assumiu uma atitude de expectativa. Carlos Lacerda escrevia artigos em forma epistolar, que terminavam geralmente com uma chamada ao “generalzinho medíocre”. O grande ídolo do jornal continuava sendo o brigadeiro Eduardo Gomes.

Em novembro de 1946, durante a fase em que o Partido Comunista estava na legalidade, o *Correio da Manhã* perguntava de que modo iria o governo opor uma barreira à epidemia comunista. Firme em manter suas tradições liberais, o jornal colocou-se à disposição do ex-presidente Washington Luís, no momento em que este retornou do exílio, para que se defendesse das acusações que pesavam sobre seu governo. Nesse período, contribuiu ainda

para o sucesso e a grande repercussão que tiveram os comandos parlamentares de Café Filho, através da cobertura que lhes dava o redator Heráclio Sales. Segundo o próprio Café Filho, os comandos parlamentares eram incursões feitas de surpresa por deputados nos serviços e repartições do governo. Tinham por fim confrontar as verbas e dotações consignadas pelo orçamento geral da República aos serviços que eram objeto da inspeção com as informações dos dirigentes e responsáveis pela aplicação dos recursos.

No final do governo Dutra, o *Correio da Manhã* passou a apoiar novamente o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. Desviando-se de sua tradição de análise crítica, encampou sem restrições a candidatura do brigadeiro, passando a apontar a eleição de Eduardo Gomes como a solução para todos os problemas do país. A campanha se iniciou com a manchete “Apoio dos estivadores ao brigadeiro”. Em linhas gerais, o jornal procurava contrapor ao “falso trabalhismo dos pelegos” aquilo que considerava um “trabalhismo autêntico”.

Diante da vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 3 de outubro de 1950, a UDN abriu a questão da maioria absoluta, tentando com isso invalidar os resultados eleitorais. Se por um momento o *Correio da Manhã* encampou a tese udenista, logo em seguida, ligado às suas tradições liberais, passou a combatê-la, defendendo a posse do candidato eleito sem deixar de ressaltar, entretanto, que fizera oposição a seu “trabalhismo falsificado”.

A despeito de seu oposicionismo, o *Correio da Manhã* exerceu grande influência durante o segundo governo Vargas, chegando a pesar nas decisões políticas. Sendo inteiramente contra o monopólio estatal do petróleo, o jornal publicou uma entrevista com Mr. Anderson, presidente da Standard Oil, em que chegava a defender, com base em seus pressupostos liberais, um princípio de reciprocidade no que se referia à exploração do petróleo: os norte-americanos deveriam ter liberdade para explorar petróleo no Brasil, da mesma forma que os brasileiros o poderiam fazer nos Estados Unidos. No entanto, uma vez criada a Petrobras, o jornal passaria a defender-lhe “o imenso patrimônio, propriedade do povo brasileiro, contra a exploração política”.

A partir do decreto de janeiro de 1952, impondo um limite de 10% para as remessas de lucros, o *Correio* tornou a atacar Getúlio Vargas, acusando-o de inclinar-se para a esquerda. Quando da visita de Milton Eisenhower, irmão do presidente dos Estados Unidos, o jornal acusou o governo norte-americano de renegar promessas feitas por Truman, sobretudo

diante das imposições do Banco Mundial para a concessão de empréstimos, imposições essas que não haviam sido apresentadas a Horácio Lafer quando de sua visita aos Estados Unidos em 1951.

O jornal discutiu igualmente a política financeira de estabilização, que tinha por fim deter o avanço inflacionário. Num primeiro momento, o ministro da Fazenda Horácio Lafer havia sido prejudicado em suas tentativas de formular um programa viável de estabilização, pois, enquanto preconizava a limitação da expansão do crédito, o presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jaffet, insistia numa política de crédito fácil. Na questão desencadeada entre Lafer e Jaffet, em junho de 1953, o *Correio* apoiou o primeiro.

O novo ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, e o novo presidente do Banco do Brasil, Sousa Dantas, concordavam quanto à necessidade de um completo programa anti-inflacionário. O déficit seria cortado através de uma política de estrita economia. O Brasil deveria “conter prudentemente a velocidade do processo de industrialização”, ao mesmo tempo “tendo em conta o alívio ou a sobrecarga no balanço de pagamentos”. A partir daí, em outubro de 1953, nasceu o “Plano Aranha”, programa de estabilização apresentado pelo novo ministro defendendo uma política de restrição ao crédito e um novo sistema de controle cambial. O *Correio da Manhã* opôs-se a esse plano.

Em fevereiro de 1954, o jornal apoiou o *Manifesto dos coronéis*, documento assinado por 82 coronéis e tenente-coronéis e dirigido à alta hierarquia militar em protesto contra a exiguidade dos recursos destinados ao Exército e a elevação do salário mínimo em 100%. Em 1º de maio, quando o salário mínimo foi efetivamente majorado em 100%, o jornal desfechou violentas críticas a Getúlio, afirmando: “Para o sr. Getúlio Vargas, que ia caindo em irremediável decadência política, o pior será o melhor. Se a estrutura econômica e social do país entrar a desmoronar, abalada por agitações e indicações perturbadoras, ele tentará aparecer como seu salvador, com um novo regime. Se falhar, que importa? Depois dele, o dilúvio.”

Durante esse período, o jornal chamou a atenção para os pontos nevrálgicos do governo Vargas, travando uma violenta campanha contra a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim). Em agosto de 1954, o jornal apoiou o inquérito policial-militar aberto pela Aeronáutica para apurar as responsabilidades pelo atentado da rua Tonelero, em que foi ferido o jornalista Carlos Lacerda e morto o major-aviador Rubens Vaz. As

investigações trouxeram à luz o chamado “mar de lama”, em que, segundo a oposição, se convertera o governo.

Com o suicídio de Getúlio Vargas em 24 de agosto de 1954, o *Correio da Manhã* suspendeu os ataques que dirigia habitualmente ao presidente e publicou um editorial ressaltando o lado trágico do evento. Logo em seguida à posse de Café Filho como presidente da República, Paulo Bittencourt sugeriu-lhe a nomeação de Eugênio Gudin para a pasta da Fazenda, no que foi prontamente atendido. Embora isso demonstrasse a decisiva influência política do *Correio da Manhã*, o próprio Gudin mais tarde negaria empréstimo solicitado pelo jornal ao Banco do Brasil, tendo por fim a aquisição de novas máquinas.

O jornal insistia no que denominava “ortografia da casa”, ou seja, em sua linha política sem compromissos com quaisquer partidos e orientada por uma nítida inspiração liberal. Foi essa possivelmente a causa do rompimento entre Paulo Bittencourt e Eduardo Gomes. O brigadeiro, apoiado pelo *Correio da Manhã* nas eleições de 1945 e de 1950, e considerando a partir de então o jornal como porta-voz da UDN, passara a pressionar Paulo Bittencourt para que este apoiasse a candidatura de Juarez Távora nas eleições de 1955. Segundo vários depoimentos, porém, Paulo Bittencourt não expressava preferência definida por nenhum dos candidatos. Às vésperas das eleições, o jornal afirmou em editorial que “o problema da grande maioria do eleitorado, o mais consciente das realidades brasileiras e mais convicto dos princípios democráticos, era o mesmo problema do *Correio da Manhã*: pela validade das candidaturas e sem candidato que merecesse apoio”. A análise de Paulo Bittencourt acrescentava ainda que, a despeito da existência de quatro candidatos (Ademar de Barros, Juscelino Kubitschek, Juarez Távora e Plínio Salgado), o que ocorria na verdade era a contraposição de duas tendências: de um lado, Juarez Távora e Plínio, que, preocupados com “um moralismo esterilizante”, configurariam um “Brasil passadista, estático e fascistoso, meio-termo entre a Quarta Internacional e a *Rerum novarum*”, e de outro lado Juscelino Kubitschek e Ademar, os quais, descontrolados em “aventurismo e confusão”, estariam voltados para um futuro onde se cortariam as peias do passado. Embora indeciso entre as alternativas que se punham à sua frente, o legalismo característico do *Correio da Manhã* fez com que Paulo Bittencourt defendesse acima de tudo a necessidade do sufrágio: “A soma total de votos, reiterando a expressão da inflexível vontade de legalidade e democracia pode ser — quem sabe? — a salvação do Brasil.”

Por outro lado, paralelamente à atitude de seu proprietário, o *Correio da Manhã* passou a apresentar uma imagem pró-juscelinista, na medida em que um de seus redatores, Álvaro Lins, movia intensa campanha em prol de Juscelino, e outro deles, Edmundo Muniz, desferia violentos ataques contra Juarez Távora. A posição do jornal nunca ficou, porém, definida em relação a um ou a outro candidato. Para o jornalista Luís Alberto Bahia, a posição do *Correio da Manhã* diante das eleições de 1955 deve ser explicada pela fase de transição que a própria estrutura do jornal estaria atravessando naquele momento, passando de uma empresa artesanal de propriedade familiar a uma grande empresa moderna. Assim, verificava-se um conflito entre os pressupostos liberais da primeira fase, em que o jornal defendia a tese da democracia do mercado, e os novos princípios que acabavam de aparecer no cenário econômico brasileiro, como, por exemplo, o combate ao ingresso do capital estrangeiro.

A situação se precipitou com os acontecimentos verificados em novembro de 1955, quando, procurando sustar uma tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, o marechal Henrique Lott afastou Carlos Luz da presidência interina da República. Embora não fosse juscelinista, o *Correio da Manhã* passou a apoiar o candidato eleito com base em seu princípio de defesa incondicional da legalidade, manifestando-se contra a ideia de golpe. Em editorial dessa época o jornal assinalava que “no palácio do Catete, mediante providências e determinações legítimas do Poder Legislativo, já se acha constituído o poder legal do sr. Nereu Ramos, a quem cabia substituir nos termos da Constituição o mandatário infiel, já agora no abandono da presidência da República, lançado aos mares em lugar incerto e não sabido”.

O *Correio da Manhã*, entretanto, havia pensado ter em Juscelino Kubitschek um presidente mais dócil do que este foi na realidade. Durante seu governo, o jornal manteve-se contra a construção de Brasília, a qual, segundo Antônio Calado, poderia provocar um esvaziamento político no Rio de Janeiro, pouco interessante para o papel desempenhado pelo periódico até aquele instante. A campanha de ridicularização do projeto incluiu a publicação de fotos do planalto deserto sob o título “Aí está a nova capital”. O *Correio* fez também oposição à política financeira de Juscelino, exigindo providências urgentes contra a deterioração dos preços dos produtos de exportação do país.

Através do *Correio da Manhã* e da série de reportagens efetuadas por Antônio Calado em

fins de 1959 no Nordeste, as Ligas Camponesas passaram a despertar maior atenção. Embora inteiramente contrário à reforma agrária, o jornal, por ser um órgão liberal, permitiu que se publicassem os textos de Calado. O jornal iniciou também uma campanha pela consolidação da Sudene, defendendo o órgão das investidas que determinados políticos faziam para transformá-lo em mera agência eleitoral.

A campanha eleitoral de 1960 reencontrou o *Correio da Manhã* numa posição independente, mantendo-se ao mesmo tempo distante de Jânio Quadros e considerando o marechal Lott um “homem burro, mas sério”.

O editorial “Sessenta anos”, publicado em 1961 por ocasião do sexagésimo aniversário do jornal, refletia a ameaça sofrida pela antiga “ortografia da casa”: o ideário liberal do *Correio da Manhã* começava a se limitar diante da “arregimentação, da superorganização da vida pelo Estado. Em lugar da vida humana, a vida do rebanho em uniforme”. O jornal considerava o liberalismo individualista por ele sempre defendido como uma posição “a favor do povo”. Declarava ter sempre desconfiado “do poder do Estado, que no mundo inteiro só tem feito crescer, neste século”.

Sob o governo de Jânio Quadros, o *Correio da Manhã* mostrou-se contrário à condecoração de Ernesto “Che” Guevara. Diante da renúncia do presidente, em 25 de agosto de 1961, o jornal condenou em editorial sua atitude, alegando não terem sido suficientemente esclarecidos os motivos de sua “grave resolução”. Considerou que a mensagem de Jânio Quadros à nação era uma “despedida demagógica, destinada a convulsionar o país,... pois só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia”. Além do editorial, o jornal fez campanha contra a censura disfarçada e a apreensão de jornais nas oficinas após a renúncia.

Mais uma vez fiel à sua tradição legalista, o *Correio* bateu-se pela posse de João Goulart, embora não o apoiasse enquanto político herdeiro de Getúlio Vargas. Essa atitude valeu ao jornal uma edição apreendida, por determinação do governador do então estado da Guanabara, Carlos Lacerda, antigo jornalista da própria casa.

Em 1962, na Conferência de Punta del Este, San Tiago Dantas defendeu a não intervenção em Cuba. Entretanto, após o discurso em que Fidel Castro se declarou marxista-leninista, o *Correio da Manhã*, como órgão de envergadura da imprensa brasileira, passou a receber de vários agentes de publicidade pressões sutis no sentido de tomar posição contrária ao

governo cubano. Por essa época, juntamente com a *Folha de S. Paulo*, o *Correio* promoveu o Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, realizado em São Paulo.

Com o falecimento de Paulo Bittencourt em 1963, o *Correio da Manhã* passou à propriedade de sua segunda mulher, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, após uma questão familiar entre esta e Sybil Bittencourt (filha do casamento anterior de Paulo com Sílvia de Arruda Botelho), a quem coube o imóvel em que funcionava o jornal. A questão só se resolveria definitivamente em 1968.

O jornal manteve-se contrário ao governo de João Goulart, acusando-o de radicalismo político, mas se opôs também ao governo estadual de Carlos Lacerda (de 31/1/1961 a 31/1/1966). O editorial “Terra de ninguém”, publicado em janeiro de 1964, oscilou entre ataques ao governo da União e ao governo do estado, afirmando: “O povo da Guanabara já parece habituado a viver em condições penosas, enfrentando as mais duras provas. A sonegação de gêneros de primeira necessidade, a falta de água constante, a carestia, o racionamento de luz e energia, que começa, acaba e recomeça sem que haja explicações satisfatórias, os movimentos grevistas, as ameaças de *lockout*, tudo contribui para enrijecer a têmpera do povo carioca”; “nem o sr. João Goulart, mais interessado na radicalização política que no governo do país, nem o sr. Carlos Lacerda, mais interessado em fazer da Guanabara um trampolim para a presidência do país do que no governo do estado, ouviam apelos desta ordem.” Três dias mais tarde um outro editorial acrescentava que “o regime é federativo. Atribuições administrativas das mais importantes são confiadas aos estados. Mas em todos os estados — e não só na Guanabara — verificam-se as mesmas dificuldades de vida. Do Acre até o Rio Grande do Sul nada que funcione como devia funcionar. Mas a culpa não é das instituições. É daqueles que são responsáveis pelo funcionamento delas”.

A linha política do *Correio da Manhã* nesse momento é classificada pelo jornalista Edmundo Muniz como liberal-conservadora. Edmundo Muniz afirma peremptoriamente que o jornal não estava a par das conspirações que precederam ao movimento militar de 1964, embora fizesse cerrada oposição ao governo de João Goulart.

Em março de 1964, verificou-se novo ataque ao governo, dirigido desta vez a duas medidas “de natureza demagógica” anunciadas no grande comício promovido no dia 13 do mesmo mês por João Goulart na Central do Brasil: o decreto que desapropriava as terras situadas às margens das rodovias federais e dos açudes para reparti-las entre os lavradores, e o decreto

de encampação das refinarias de petróleo particulares. Quanto ao comício propriamente dito, o jornal considerou-o “uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso”.

A oposição a João Goulart significava na verdade uma reação do *Correio da Manhã* à ameaça do avanço de uma organização esquerdista de grande porte, o que poria em xeque seus pressupostos liberais. O jornal apoiou a derrubada do presidente por desejar a resolução imediata da crise política reinante. Desta forma, publicaram-se os editoriais “Basta!” e “Fora!” (31/3 e 1/4/1964) no momento em que se deflagrou a revolução. O primeiro configurava uma reação à política de João Goulart, reivindicando basicamente o “respeito à Constituição”, pois o presidente estaria tomando para si, por meio de decretos-leis, a função do Poder Legislativo, e perturbando a nação em desenvolvimento através da luta desencadeada contra o Congresso e as reformas de base por este votadas. Enquanto o primeiro editorial apontava uma solução, o segundo exigia a renúncia do presidente: “em função do clima de intranquilidade e de insegurança em que se encontra o país surgido a partir do comando do sr. João Goulart, verificou-se um crime de alta traição contra o regime.” O presidente não poderia permanecer em seu cargo “não só porque se mostrou incapaz de exercê-lo, como também porque conspirou” contra ele, “como se verificou pelos seus últimos pronunciamentos e nos seus últimos atos”.

Embora a redação dos editoriais “Basta!” e “Fora!” seja atribuída a Edmundo Muniz, este refuta a versão, asseverando terem sido ambos os textos coletivos. Apesar de ter participado da elaboração do “Basta!”, não teria concordado inteiramente com seu teor, e se teria mantido alheio à feitura do “Fora!”.

A REVOLUÇÃO DE 1964 E OS ANOS DE DECLÍNIO

Após a queda de João Goulart, o jornal manteve, segundo Antônio Calado, “uma brevíssima lua de mel, com a situação. Depois do Ato Institucional nº 1, o *Correio da Manhã* percebeu que havia um claro indício de que se partia para uma ditadura militar. Passou desta forma a denunciar torturas e arbitrariedades, publicando o editorial “Terrorismo, não” — originariamente um artigo assinado por Edmundo Muniz, encampado por Niomar Bittencourt como editorial do jornal.

Com essa mudança de posição, algumas agências estrangeiras iniciaram um corte na

publicidade do *Correio*, o que significou também o início das dificuldades econômicas do jornal. Como tentativa de solução, o *Correio* foi compelido a aceitar um interventor ligado a essas agências. A partir de então, iniciou-se um processo de remanejamento no quadro de redatores. O cronista Carlos Heitor Cony foi dispensado após publicar um artigo onde dizia ter o Brasil passado de Estados Unidos do Brasil a Brasil dos Estados Unidos. Em seguida, Otto Maria Carpeaux, além de ter sua seção suprimida, ficou impedido de assinar qualquer matéria. Apesar de todas as agruras que acarretou, essa mudança de posição do *Correio da Manhã* definiu-se como um marco na história do jornal.

Seguiram-se diversas manobras do governador Carlos Lacerda contra o jornal, entre as quais uma ameaça de intervenção que provocou indignação na Câmara dos Deputados. Manifestaram-se também contra a atitude de Lacerda a Assembleia Legislativa fluminense, que apoiou por unanimidade uma moção de apoio ao jornal, o Clube de Engenharia de Brasília, e 60 deputados estaduais paulistas, que enviaram a Niomar Muniz Sodré Bittencourt uma mensagem de solidariedade em que manifestavam sua “veemente repulsa ao atentado que se deseja praticar contra a soberania da imprensa livre, símbolo de um povo democrata”.

A edição comemorativa do 64º aniversário do *Correio* (15/6/1965) reafirmava a posição assumida contra a Revolução de 1964. Ressalvando que, embora no ano anterior se tivesse colocado contra João Goulart por este se ter afastado da democracia, o jornal agora passava a combater “os excessos do movimento vitorioso”, e a se colocar “contra o terrorismo e a violência, contra a delação oficializada que avilta o processo de amadurecimento político do nosso povo, contra todas as medidas que se chocam com a ordem jurídica e os princípios democráticos”. Passava também a denunciar cassações de mandatos e direitos políticos, realizadas de “maneira primária, sem explicação e sem possibilidade de defesa”. Clamava igualmente pelas reformas de base, e pelo reforço do processo de industrialização, tendo por meta o desenvolvimento; por fim, chamava a atenção para a necessidade que teriam as “classes produtoras... de trabalho, de segurança, de tranquilidade, de ação criadora para reativar o ritmo de nosso desenvolvimento e melhorar as condições e o nível de vida, assegurando, pelo equilíbrio social, a existência digna de todas as classes”.

Em janeiro de 1966, o *Correio da Manhã* denunciou a infiltração de grupos estrangeiros na imprensa e criticou o sigilo em que trabalhava a comissão criada por portaria ministerial

com o objetivo de investigar as denúncias, porque “a comissão existe justamente para quebrar sigilos”.

Os acontecimentos se precipitaram: no dia 7 de dezembro de 1968, uma bomba foi jogada na sede do jornal, e em janeiro do ano seguinte, já na vigência do Ato Institucional nº 5, Niomar Muniz Sodré Bittencourt foi presa, juntamente com os jornalistas Osvaldo Peralva e Néelson Batista, membros da direção do jornal. A diretoria e o corpo de redatores e gráficos denunciaram as prisões à Sociedade Interamericana de Imprensa. O prédio do *Correio da Manhã* foi cercado por agentes do DOPS, e o jornal foi submetido à censura prévia. No dia 22 de janeiro, Niomar Bittencourt e Osvaldo Peralva tiveram sua prisão preventiva pedida por 30 dias; em março, Niomar continuava detida em sua residência. Anteriormente, a 1ª Auditoria da Marinha havia ordenado a suspensão da circulação do jornal por cinco dias.

Após esses episódios, sobreveio uma aguda crise financeira, motivada basicamente pela queda da publicidade e a retração do número de leitores. Em fins de 1969, finalmente, o *Correio da Manhã* foi arrendado pelo prazo de cinco anos a um grupo liderado por Maurício Nunes de Alencar e ligado à companhia Metropolitana, uma das maiores empreiteiras de obras do país.

O editorial “Definição”, assinado por Maurício Nunes de Alencar, Frederico Gomes da Silva e Paulo de Magalhães, representou uma decisiva alteração na linha política do jornal. Conclamando “todos os brasileiros a participarem da batalha pelo desenvolvimento”, o texto tentava justificar uma série de medidas tomadas pelo governo: “Tem sido extraordinária a colaboração das classes trabalhadora e média para o soerguimento da economia nacional. Os efeitos do combate à inflação sobre elas tem se refletido mais direta e intensamente.” Apesar de tudo, Franklin de Oliveira, diretor de edição, fazia questão de declarar que “o velho *Correio* mudou de roupa, mas não trocou de alma. Continua sendo o mesmo jornal, afeito às grandes causas humanas, de Edmundo e Paulo Bittencourt”.

Ao que parece, porém, pela primeira vez o *Correio da Manhã* se afastava da chamada “ortografia da casa”, ou seja, dos pressupostos liberais que o orientaram desde sua fundação. Até então, suas oscilações em relação ao poder haviam sido ditadas pela fidelidade que devotava à Constituição; seu legalismo o levava alternadamente à oposição e à situação, ainda que, mesmo em defesa do governo, mantivesse sempre uma posição

crítica. A partir do arrendamento, entretanto, o *Correio da Manhã* assumiu pela primeira vez em sua história uma posição governista incondicional.

Em 1971, a edição comemorativa de 70 anos afirmava que “construir o Brasil Grande, através do binômio industrialização e desenvolvimento, é a ordem do dia para o atual governo”. Novamente o jornal tentava remontar às origens, fazendo alarde dos antigos princípios liberais: “O jornal já nasceu combatendo o controle do poder pelas oligarquias que tentaram durante a Primeira República deter o país num estágio agrícola de produtor e exportador de matérias-primas e importador de manufaturas.”

A crise econômica se acentuou. No início de 1973, a *Tribuna da Imprensa* chegou a noticiar o possível fechamento do *Correio da Manhã*, relacionando-o com a crise atravessada na ocasião pela Metropolitana, empresa que seria em última análise responsável pelo arrendamento do jornal. A partir do dia 10 de janeiro, o *Correio* diminuiu o número de páginas para poder se manter em circulação. Ainda a partir desse mês, o jornalista Sebastião Néri, em defesa de Niomar Bittencourt, iniciou através da *Tribuna da Imprensa* uma campanha contra Maurício Alencar e seus irmãos. Estes, ao arrendar o *Correio*, haviam-se comprometido a pagar seu déficit, que chegava na ocasião a 4,5 milhões de cruzeiros, e uma mensalidade de 50 mil cruzeiros a Niomar Bittencourt. Apenas parte do acordo fora respeitado. A campanha denunciava também que o dinheiro vinha da Metropolitana, e, embora não explicitasse a razão pela qual os irmãos Alencar haviam arrendado o jornal, Sebastião Néri insinuava tratar-se de “importante jogada política”. Em maio, o mesmo jornalista noticiou, através da *Tribuna da Imprensa*, que Niomar Bittencourt apresentara na 21ª Vara Cível da Guanabara uma notificação judicial contra Maurício Nunes de Alencar e alguns outros acionistas da Metropolitana. No dia 3 de agosto, o *Correio* foi à justiça contra seus arrendatários; sua proprietária achava que o jornal havia sido transformado num “boletim de empreiteiros”. Os arrendatários seriam “simples prepostos de poderoso grupo econômico, que age sob a forma de sociedade de fato e que tem como membros destacados a Metropolitana, Maurício Alencar, Frederico Gomes da Silva e a Perfex”.

Em contrapartida, o deputado Nina Ribeiro foi à Câmara em defesa dos arrendatários, tentando demonstrar que a crise atravessada pelo *Correio da Manhã* não era mais que o reflexo de um processo mais amplo, o da “concentração” verificada na empresa jornalística

nos últimos anos e responsável pelo fechamento de diversos órgãos de imprensa em todo o mundo. O mais importante, porém, em seu depoimento, eram as considerações tecidas em relação à linha política do jornal; na verdade, a causa da crise financeira havia sido o rompimento com os supostos ideais democráticos da Revolução de 1964. Segundo Nina Ribeiro, Niomar Bittencourt esperava favores do novo governo e, ao ver que tal não sucedera, “obedecendo a interesses inconfessáveis, passou à cômoda posição da mais cega oposição”.

Maurício Alencar, um ano antes do término do prazo do arrendamento, teria desejado devolver o jornal a Niomar Bittencourt, que se recusou a recebê-lo de volta. A crise entretanto prosseguiu, e finalmente, a 8 de julho de 1974, o *Correio da Manhã* deixou de circular. A última edição, de três mil exemplares, era de um jornal com apenas oito páginas. A empresa devia salários atrasados a 182 empregados.

Em vista do disposto na Lei nº 5.772, de 21 de dezembro de 1971, que em seu artigo 93 admite a caducidade do nome ou marca quando seu direito não tenha sido exercido durante dois anos consecutivos, revolveu-se editar um número extraordinário do jornal para que não se perdesse o título, dois anos após o fechamento. Finalmente, a 13 de abril de 1977, o título foi arrematado em leilão, pela soma de 480 mil cruzeiros, por um grupo representado por Wilson Nogueira Rodrigues.

EVOLUÇÃO TÉCNICA

O *Correio da Manhã* iniciou suas atividades com uma rotativa Marinoni, comprada por Edmundo Bittencourt de uma empresa pertencente ao senador Francisco Glicério. O próprio Edmundo Bittencourt a substituiu posteriormente por uma Scott, incompleta, que durou até 1929. Com Paulo Bittencourt na direção, encomendou-se em Düsseldorf a máquina de marca Man, em serviço até 1958, quando foi substituída por uma rotativa Hoc, de fabricação e montagem norte-americanas.

Nos últimos tempos, o *Correio da Manhã* passou por duas reformas gráficas básicas: a primeira, quando da substituição da máquina Man pela Hoe, desencadeou uma crise interna, em função das alterações que se verificaram no ritmo do trabalho. Segundo o jornalista Antônio Calado, então redator-chefe, foi extremamente penosa a mudança, pois os operários, afeitos à Man, tiveram que alterar toda a sua rotina de trabalho em função da

nova máquina. Esse período de crise, segundo alguns jornalistas do *Correio da Manhã*, teria propiciado em parte o desenvolvimento de alguns jornais rivais.

Finalmente, a partir de 1969, com o arrendamento, esboçou-se uma nova feição gráfica, onde se destacava a diagramação visualmente dinâmica, com a primeira página em contínua mutação. O jornal passou também para 20 páginas diárias, das dez a que havia sido reduzido durante o período crítico em que fora dirigido por Niomar Bittencourt, e todas as edições passaram a vir acompanhadas de um tablóide.

Carlos Eduardo Leal

FONTE: *Correio da Manhã*.